

“A IMPORTÂNCIA DA ESCOLARIDADE E DA IDENTIDADE ÉTNICA NAS ESCOLAS DE IMIGRANTES ALEMÃES EM CURITIBA

Valquiria Elita Renk

**Professora da PUCPR e Doutoranda em Educação pela UFPR
Eixo Temático 4 – Gênero e Etnia na Hist. Da Educ. Brasileira**

Esta pesquisa analisará a importância da escolaridade e da manutenção da identidade étnica para os filhos dos imigrantes alemães de Curitiba, num recorte temporal de 1896 até 1938. Neste recorte selecionamos o período de início da primeira escola alemã católica de Curitiba até seu fechamento enquanto uma experiência étnica em 1938, por força da legislação nacional e estadual.

As fontes documentais desta pesquisa foram os jornais Diário da Tarde, de Curitiba, o Der Kompass (A Bússola, publicado em língua alemã), os Relatórios de Governo e a Legislação sobre o Ensino de 1900 até 1938.

Trabalhamos com as Teorias da Etnicidade de POUTIGNAT E STREIFF-FENART para explicarmos a emergência e manutenção da identidade étnica deste grupo étnico. A escola era um espaço privilegiado, pois as aulas eram ministradas em língua alemã e o currículo semelhante ao das escolas daquele país. Por força da lei, a partir de 1920, o Governo Estadual exige o ensino em língua nacional e mais aulas que formem o cidadão cívico e patriótico.

AS ESCOLAS COMO HERANÇA CULTURAL

A instalação e manutenção de escolas feita pelos imigrantes foi uma das primeiras iniciativas tomadas quando da instalação dos seus núcleos de colonização. “Desde os primórdios da colonização os imigrantes teutos zelavam por uma instituição que se tornou característica das suas comunidades rurais, a escola paroquial ou comunitária. Tornou-se uma instituição singular, com mérito de suprir a ausência inicial das escolas públicas (...)” (PAIVA, 1973, p. 83). Esta herança e preocupação com a escolaridade foi trazida da Alemanha, onde a educação se expandia entre a população desde o século XVIII. Ao chegarem ao Brasil, os imigrantes alemães encontraram um quadro de educação muito diferente daquele vivenciado na Alemanha, elevado número de analfabetos e a precariedade de escolas públicas.

A escola foi um elemento cultural importante para os imigrantes, tanto que não esperavam as iniciativas do governo brasileiro para construí-las. A comunidade alemã dava uma “ênfase toda especial à questão escolar e insistiam fortemente na mesma, de modo que sua iniciativa se tornou singular para o contexto do país“ (KREUTZ, 1994, p. 150). No Brasil, em 1937 haviam 1500 escolas teuto-brasileiras e que esta experiência também ocorreu em outros países que receberam os imigrantes alemães na América do Sul, como a Argentina, o Chile, o Uruguai e o Paraguai.(KREUTZ (1998, p. 01).

Para atingir seus objetivos, a Igreja Católica, produziu literatura especializada e material didático que foram utilizados na Alemanha e também no Brasil. Entre os materiais didáticos produzidos, prevaleceram os de caráter religioso. Os professores paroquiais que deveriam dar o exemplo de vida cristã e moral tanto na Alemanha como nas escolas de imigrantes no Brasil.

Essas condições imprimiram no imigrante alemão, o valor à educação escolar e fizeram com que na nova Pátria, organizassem a escola para seus filhos, sendo que nas comunidades teuto brasileiras praticamente inexistiam analfabetos

O ENSINO EM LÍNGUA ALEMÃ E A MANUTENÇÃO DA ETNICIDADE

O uso língua alemã na escola tinha a função de comunicar um sistema simbólico de percepção de mundo. A língua, falada em casa, na igreja, ensinada na escola, foi um elemento escolhido pelo grupo, como um importante símbolo da identificação étnica.

A escola Católica Alemã em estudo, desde a sua fundação até 1938 ensinava em língua alemã. Inicialmente iniciou suas atividades como uma escola para um grupo de imigrantes muito específico. Posteriormente, abriu uma ala para alunos brasileiros e de outras etnias, dentro da mesma escola, com o ensino em língua portuguesa.

Nesta escola também se aprendia a língua portuguesa, pois nas relações com a sociedade brasileira, tinham de comunicar-se em português, mas, nas atividades do cotidiano e na vida privada poderiam comunicar-se em alemão. Aprender a língua portuguesa era uma necessidade política, pois fazia parte das obrigações da cidadania brasileira. Além disso, tinha outros significados, como a utilidade prática, como o comércio, pois que precisavam comunicar-se para comercializar os produtos das colheitas (nos caso dos agricultores) e também, em Curitiba trabalharam com comércio e atividades industriais (SEYFERTH, 1982, p. 83).

Em Curitiba, por ser um centro urbano, industrial e comercial, as relações comerciais entre os dois grupos (alemães e brasileiros) eram muito intensas, daí mais uma necessidade de aprender a língua portuguesa. No Brasil, os imigrantes preservaram alguns valores culturais considerados significativos, principalmente a escola. Mas, quando as construía, era por sua iniciativa, e identificada com a cultura alemã, assim, “tornava - se lhes, menos sensível o desconhecimento do português” (WILLEMS, 1980, p. 276), do que a falta de escolas.¹ A língua alemã era um elemento fundamental de identificação do grupo. O seu uso em casa, nas escolas, na igreja, nas associações, na imprensa demonstra que, nos contatos interétnicos, ela adquiriu uma nova função, a de elemento de coesão do grupo e de manutenção da identidade étnica.

As escolas alemãs de Curitiba também faziam o uso desta língua curricularmente, sendo que o documento de convocação da comunidade católica alemã de Curitiba, para a criação da sua escola (em 1896), foi divulgado na língua de origem. Este era dirigido aos imigrantes alemães residentes, comunicando a fundação da *Katholische Deutsche Volksschule*. (*Escola elementar alemã católica*) trazendo em si a manutenção de uma escola nos moldes do país de origem a Alemanha.

O ensino religioso era importante, tanto que semanalmente tinham instrução religiosa. “Escusado é dizer que o ensino do Catecismo e da história Sagrada do Velho e Novo Testamento foi sempre considerado como a missão principal da minha escola” (Diário do Padre Auling, in ARNS, 1997, p. 20). Neste momento, católicos e luteranos de Curitiba, preconizavam a manutenção das escolas étnicas confessionais, diferentemente do pensamento dos alemães agnósticos que defendiam a escola laica. Este embate entre escola étnica confessional laica ou religiosa, também foi vivenciado pela comunidade alemã. Enquanto, o jornal “Der Beobachter “ (O Observador em língua portuguesa - considerado agnóstico), e o seu redator, Sr. Anton Schneider, faziam a defesa da escola laica, o mesmo era antagonizado pelos alemães católicos. Neste momento católicos e luteranos assumiram a defesa de uma escola étnica religiosa, em oposição ao ensino laico.

O currículo das escolas alemãs, diferente das escolas públicas brasileiras, foi um elemento cultural que contribuiu com a manutenção da identidade étnica do grupo. O documento de fundação da escola católica alemã citava que a língua alemã era parte do currículo e que à língua portuguesa também seria dada especial atenção. Conforme pudemos identificar o currículo continha *todas as matérias das escolas elementares da*

¹ - A palavra sensível neste contexto tem o sentido de importante (nota da autora).

Alemanha como Religião, Escrita, Leitura, Aritmética e Geometria, Língua Alemã, História Universal, Geografia Universal, Geografia, Ciência, Canto e Desenho, e também a Língua Portuguesa (ARNS, 1997, p. 19). O documento destaca que os professores eram formados em seminários e que já haviam lecionado na Alemanha ou no Brasil.

O *Der Kompass* registrou o cotidiano da escola e nesse processo podemos acompanhar o quanto a manutenção da identidade étnica era cultivada. Ao mesmo tempo, também fazia questão de estar inserida na sociedade brasileira. A exemplo disso podemos ver, que em 1906, o mesmo jornal já registrava atritos entre alemães e brasileiros. ”Apenas queremos observar que em todas as escolas alemãs desta cidade se dá a importância necessária ao ensino da língua brasileira. Também em voga há anos os cânticos patrióticos nessa língua nas escolas dos Franciscanos (...)O Sr. Domingos de Nascimento com sua antipatia contra as escolas alemãs(...)”²

As escolas estrangeiras, no início do século XX, priorizavam o ensino da língua de origem do grupo. Dizia o Secretário Otávio Ferreira do Amaral e Silva, em relatório ao Governador Francisco Xavier da Silva, em 1910:

As escolas estrangeiras revelam *desprezo pela língua nacional* e o governo procura evitar sérios inconvenientes, por meio da remoção dos professores, porém com pouca eficácia, pois os colonos estrangeiros, em geral deixam de enviar seus filhos às escolas públicas, quando o professor não ensina em sua língua pátria, preferindo mandar ensiná-los particularmente. ³(Citado por WACHOWICZ, 1984, p. 209-210)

Os imigrantes, inseridos na sociedade brasileira, procuravam de todas as formas cultivar a identidade de grupo étnico, mantendo as diferenças bem distintas e se valiam da escola para isto. Em Curitiba, não era a falta de escolas públicas que levava os imigrantes a não enviar seus filhos à essas escolas, mas, o interesse e a necessidade de uma escola diferenciada, que mantivesse e cultuasse valores étnicos.

Nas escolas alemãs de Curitiba, observa-se que até 1917 a ligação com a Alemanha era intensa, através das atividades curriculares e extra-curriculares. É interessante ressaltar que o *Der Kompass* registra ano a ano momentos comemorativos que remetiam às datas importantes da Alemanha, como a data de aniversário da Imperador, as diferenças

² - Publicado no *Kompass*, dia 07.04.1906, no. 79, pg. 2.

³ - Conforme consta no Relatório do Secretário Octavio Ferreira do Amaral e Silva , ao Governador Francisco Xavier da Silva, op. Cit., em 1901, p. 11

religiosas não eram significativas, pois a comunidade alemã se uniam. Realizavam-se missas e cultos para marcar a passagem do evento.

A escola contribuía para a manutenção da identidade étnica, tanto pela língua alemã, como, na comemoração de eventos cívicos da história daquele país. A seleção dos traços culturais significativos que marcavam a diferença frente à sociedade brasileira, não se dá ao acaso, mas, “funcionam como sinais sobre os quais se funda o contraste entre Nós e Eles” (POUTIGNAT E STREIFF-FENART, 1998, pg.130). Portanto a relação com o país de origem tinha o papel de manter uma identidade cultural, e estes traços culturais significavam diferença étnica.

Não se vê na mesma proporção às comemorações de datas cívicas brasileiras, até o ano de 1917. Elas são registradas, como os desfiles de Sete de Setembro, mas, não na mesma proporção que as datas da Alemanha. A escola foi uma instituição que manteve a identidade étnica, o *Deutschum* (germanidade). Em 1903, com a visita do Embaixador da Alemanha, a comunidade alemã o recebeu calorosamente. Em sua visita à escola, pode comprovar a qualidade de ensino, a disciplina e a ordem. Também a imprensa considerava a escola como um meio eficaz “para plantar nos corações dos irmãos do exterior o senso alemão, as virtudes alemãs e o apego à pátria antiga.”⁴

Outro fato que chama a atenção é o cultivo dos hinos que lembram a pátria antiga e a atual, como num dia de exames, foram cantados “três hinos nacionais: o brasileiro, o prussiano e o austríaco”⁵. A cultura do país de origem mantinha-se em diferentes momentos do cotidiano escolar. Portanto marcavam as diferenças mantendo a identidade cultural de alemães, em oposição ao fato de ser brasileiro.

Como as fronteiras étnicas não são rígidas, mas, flexíveis e se produzem nas relações sociais, é interessante constatar, nas leituras do *Der Kompass*, que, a partir de 1920, este jornal registrou nas festas escolares o canto do Hino à Bandeira Brasileira e também a comemoração do Dia da Bandeira. Isto só ocorreu depois de 1920, quando deixaram de ser comemoradas as datas de aniversário do Imperador da Alemanha e passaram a cultivar data cívicas brasileiras. Nesta década, a legislação estadual de ensino já estabelecia o ensino dos hinos brasileiros e o culto à Bandeira Nacional.

⁴ -Publicado no *Der Kompass* de 28.05.1903, no. 48, pg. 04.

⁵ Publicado no *Der Kompass*, de 18.12.1902, no. 25, pg. 03

Para os imigrantes estrangeiros o modelo de escola aqui implantado era o modelo da Pátria de origem e por meio desta também se fazia a manutenção da identidade étnica. Portanto, para estes a escola era uma necessidade, mas, nos moldes que trouxeram da Europa.

A ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES TEUTO-BRASILEIROS E A MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS ALEMÃS NO BRASIL.

A comunidade alemã de Curitiba, tinha até 1938 escolas três escolas étnicas: a Escola Católica Alemã, a Escola Alemã (Luterana) e a Escola Internacional (alemã Adventista), todas fundadas no final do século XIX.

Entre as características culturais preservadas pelos imigrantes alemães foram as associações culturais, religiosas e escolares e a manutenção da língua alemã no cotidiano. “A formulação ideológica de uma comunidade étnica teuto-brasileira partiu, pois, da própria visibilidade das diferenças sociais e culturais em relação à sociedade brasileira mais ampla” (SEYFERTH, 1994, p. 15). Estes foram preservados pela família, pela igreja e pela escola e trouxeram a este grupo um sentimento de identidade com a Pátria de origem “As instituições formais da comunidade (...) aparecem como perpetuadoras da etnicidade, expressada pelo conceito de *Deutschtum* –síntese das qualidades nacionais germânicas” (SEYFERTH, 1994, p. 17).

As escolas étnicas confessionais foram vitais na manutenção da escolaridade entre os alemães no Brasil. Estas mantiveram o apoio das Igrejas, que assumiram a questão da escolaridade dos imigrantes, como parte do seu projeto missionário no Brasil. Para os pais manter os filhos nas escolas não era só uma questão cultural, passou a ser uma questão de obrigação moral e religiosa frente ao grupo e o seu descumprimento era de conhecimento público.

As Igrejas, Católica e Evangélica, assumiram a questão escolar como seu principal ponto de apoio (...) as sanções para quem não se comprometesse com a escolarização dos filhos e manutenção da escola e do professor também eram religiosas (...) seriam excluídos do solene cerimonial da primeira eucaristia (católicos) ou confirmação (evangélicos). (KREUTZ, 1994, p. 153).

A coação moral foi à forma encontrada para manter a estrutura das organizações comunitárias, inclusive a cobrança pública de tarefas e as sanções religiosas. Assim, aos “infratores” das obrigações sociais, tornavam-se públicas as suas obrigações e era difícil a sua convivência comunitária, sob a acusação de quebra da harmonia e da ordem. As sanções pública e obrigatoriedade da comunidade de participar dos projetos comunitários religiosos não deixam dúvida sobre o papel da religião na formação do ethos do grupo.

KREUTZ (1991, p. 68), atribuiu a esta rede de associações que estavam presentes na vida cotidiana das comunidades alemãs, a quase inexistência de analfabetismo, de desempregados e um sistema judicial e penitenciário. Assim, para o funcionamento da rede de escolas étnicas, formou-se uma estrutura de apoio, como a Associação dos Professores Teuto Brasileiros Católicos e Associação dos Professores Teuto Brasileiros Evangélicos, jornais e revistas dos professores teuto-brasileiros, escolas de formação para os professores de acordo com a confissão religiosa. Estas iniciativas ocorreram em função de um projeto pedagógico “singular na nossa história da educação que mais de mil núcleos rurais tenham assumido, por iniciativa e meios próprios, a questão escolar e praticamente erradicado o analfabetismo em seu meio já nas trinta primeiras décadas deste século” (KREUTZ, 1994, p.154).

A partir de 1900, foram se constituindo inúmeras Escolas Normais e Seminários no sul do Brasil, respeitando-se as diferenças religiosas com o intuito de formar os professores para lecionar nas escolas alemãs. Foram organizados inúmeros cursos preparatórios bilíngües, pois a língua portuguesa era necessária para os contatos formais com a sociedade brasileira e a língua alemã para a manutenção dos valores étnicos.

A Associação Católica dos Professores, publicava material didático, tinha o seu jornal próprio e a Escola Normal Católica. Esta objetivava formar “mestres, no espírito da Igreja Católica, (...) aptos e fiéis no cumprimento do dever.” (KREUTZ,1991, p. 75). A Associação dos Professores Católicos tinha por objetivo principal “formar um professor fiel e condigno à Igreja Católica e promover os interesses do professorado e da escola através de procedimentos comunitários, assegurando sempre melhor emprego do professor e consideração da comunidade com o mesmo (SCHUPP, in KREUTZ, 1991, p. 109).

A forma de atuação da Associação para atingir os professores foi através da realização dos congressos de professores, da elaboração de material didático e da criação do fundo de pensão e aposentadoria. A partir de 1921, pressionados pela sociedade em favor das escolas públicas e laicas, a Associação dos Professores, organizou o congresso nacional das escolas teuto-brasileiras. Neste congresso de 1921, fundaram o Fundo de

Aposentadoria e Invalidez do Professor Paroquial, comum aos professores de ambas as confissões religiosas.

A partir de 1927 as Associações de professores fundaram a Associação Nacional de Professores Teuto-Brasileiros, sem a diferenciação religiosa, com sede em São Paulo (KREUTZ, 1991, p. 119). Participaram da Associação ou Liga Nacional do Professores Teuto-Brasileiros, as seguintes associações regionais: Associação Católica do Rio Grande do Sul, Associação Evangélica do Rio Grande do Sul, Associação dos Professores Teuto-Brasileiros de Santa Catarina, Associação dos Professores alemães do Paraná, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

O professor era considerado também um líder, principalmente nas comunidades rurais, portanto dele se esperava uma vinculação entre a comunidade e a escola confessional.

PARA CONCLUIR

A experiência das escolas étnicas foi singular da história da Educação no Brasil. As colônias de imigrantes fundavam a Igreja e a escola, que mantinham, cuidavam, pagavam o professor, produziam seu material didático e tinham um currículo diferenciado do das escolas públicas brasileiras. Até a Primeira Guerra Mundial eram as relações com a Alemanha se manifestavam através do ensino em língua alemã, história e geografia e também da comemoração dos eventos cívicos daquele país. Após 1918, com o recrudescimento da legislação educacional no Paraná, houve a obrigatoriedade do ensino em língua nacional e aulas de história e geografia do Brasil. Mesmo assim, a lei continuava sendo burlada, pois o ensino era em língua alemã, apesar das aulas de língua portuguesa, até 1938, com a nacionalização do ensino pelo Governo Vargas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNS, J.C. **Uma escola centenária em sua moldura histórica**. Curitiba :Linarth, 1997.
- KREUTZ, L. **O professor paroquial**. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRS; Florianópolis: Ed. Da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- _____. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul. In. MAUCH,C. e VASCONCELLOS, N (org). **Os Alemães no Sul do Brasil**. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

_____ **Imigração Alemã e processo escolar na Argentina, Brasil e Chile.** Santiago: IV Congresso IberoAmericano de História de la Educación Latino Americana, 1998.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos.** São Paulo:Loyola, 1973.

POUTIGNAT, Phipille e STREIFF- FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade.** São Paulo: UNESP, 1998.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica:** a ideologia germanista e o étnico Teuto-Brasileiro numa comunidade no Vale do Itajaí Florianópolis: F.C.C., 1982.

_____. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In. **Os alemães no sul do Brasil.** Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no sul do Brasil:** estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

FONTES DOCUMENTAIS

Jornal Der Kompass, de 1902 à 1937. Curitiba: Arquivo Colégio Bom Jesus.

Jornal Diário da Tarde. Curitiba. De 1914-1920 e de 1930-45. Biblioteca Pública do Paraná.

PARANÁ. **Lei no. 894, de 19.04.1909.** Estabelece normas de funcionamento das Escola Públicas do Paraná. Reafirma a obrigatoriedade do ensino Em língua vernácula. Curitiba : DEAP

PARANÁ. **Lei n. 723, de 03. 04.1907.** Organiza o Sistema Estadual de Ensino. Estabelece a obrigatoriedade do ensino em língua nacional Curitiba: DEAP.

PARANÁ. **Lei no. 365, de 11.04.1900.** Organiza o Sistema Estadual de Ensino. Prevê que particulares podem manter escolas. Estabelece a obrigatoriedade Do ensino em língua nacional. Curitiba: DEAP.

PARANÁ. **Decreto no.17, de 09.11.1917.** É o Código de Ensino, reafirma a obrigatoriedade do ensino em língua nacional, prevê aplicação de multas e fechamento de escolas que desobedecerem. Estabelece que o poder público deve fiscalizar os estabelecimentos de ensino particular.Curitiba: Diário Oficial do Estado do Paraná, 10.01.1917. DEAP Estado do Paraná, 10.01.1917. DEAP

